

Uma trajetória de vida

D. Rosa da Fonseca vista no contexto histórico, político e social do século XIX

*Pedro Marcus Bergo Pinto**

Introdução

Consoante com o tema proposto pelo CEPHiMEX – Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército, qual seja: “O Legado de D. Rosa da Fonseca para a Família Militar”, este trabalho responde a objetivos da Portaria nº 650, de 10 de junho de 2016, do comandante do Exército, que aprova a diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e estabelece o Dia da Família Militar. Atende também à Portaria nº 255-EME, de 4 de julho de 2016, do chefe do Estado-Maior do Exército, que aprova a diretriz para a implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições (PRVT), do Exército Brasileiro.

Este estudo irá apresentar D. Rosa da Fonseca no contexto de sua época, traçando uma visão abrangente de sua trajetória através de fases distintas de sua vida ao longo do século XIX. O trabalho procura situar a personagem como tantas outras mães brasileiras que viviam em uma sociedade predominantemente conservadora e patriarcal. A intenção é retratá-la como uma pessoa comum, evitando envolvê-la em uma aura de heroicidade simplesmente por associá-la ao

fato de ter sido mãe de militares brilhantes ou por tê-los, em um determinado momento, engajados em uma guerra, a qual lhe traria por consequência sérios dissabores. O seu legado é indiscutível. Honra e dignifica os militares brasileiros tê-la como Patrona da Família Militar, sendo um exemplo de dedicação aos filhos e por lhes ter imputado um elevado sentimento do cumprimento do dever patriótico.

A observação de sua vida no cenário político-social por um período de sete décadas reforça o sentimento de que D. Rosa da Fonseca tinha plena consciência de seu dever materno, de criar seus filhos em um mundo que parecia estar em constante convulsão. Acompanhar os fatos ocorridos durante sua trajetória nos leva a compreender o seu papel de mãe de filhos que abraçaram a profissão militar em um Brasil cujo cenário da época era conturbado por inúmeros conflitos políticos e sociais.

Tomou-se como base para o desenvolvimento do trabalho a pesquisa documental e leitura de biografias de personagens históricos e de literatura consolidada do período pré-republicano. Houve-se por considerar que

* Historiador, pesquisador de História Americana, colaborador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEX) e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

biografar não deve restringir-se às informações sobre o que o indivíduo realmente foi ou fez em vida, mas também deve levar em conta as representações sociais. (XAVIER, 2000:169)

Por escolher o caminho de uma narrativa que persegue a cronologia dos acontecimentos, optou-se por discorrer sobre fatos que permearam a vida de D. Rosa da Fonseca retratando algumas fases de sua vida. A primeira delas abrangendo do seu nascimento até a mocidade em 1822. A segunda fase, que se estende até o ano de 1842, quando sua família se transfere de Alagoas para o Rio de Janeiro. A terceira situa D. Rosa como uma mulher amadurecida, mãe de dez filhos, viúva aos 59 anos, vendo sete de seus filhos engajados na carreira militar. Por fim, a quarta e última parte retrata os últimos anos de sua vida.

Contexto de época

Pode-se dizer que o principal acontecimento do início do século XIX foi a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808. Nessa época, Rosa Maria ainda era uma criança no interior de Alagoas e vivia uma vida típica de uma família pobre e humilde em um dos inúmeros povoados desassistidos do Nordeste. Distante dali, na Corte do Rio de Janeiro, a vida era bem diferente:

O Rio de Janeiro modificou-se com a instalação da Corte. Modernizou-se e transformou-se num centro social, político e econômico, que atraía pessoas de diferentes camadas sociais. A população do Rio aumentou de 50.000 para 110 mil pessoas em apenas dez anos. Os hábitos e os costumes

se alteraram. Elementos da aristocracia rural e das classes médias endinheiradas, ávidos por mostrar importância e *status*, passaram a morar no Rio de Janeiro. O luxo e a ostentação começavam a caracterizar o comportamento das camadas ricas, que passaram a se vestir de acordo com os modelos europeus, a habitar ricos palacetes e a se cobrir de joias importadas. Mesmo pessoas de condições sociais menos abastadas passaram a buscar prestígio através do uso de produtos importados. (SILVA, 1997: 115)

Havia uma segmentação de classes sociais bem distintas entre os pobres e os ricos e uma classe, digamos, que vagava entre as outras duas, os escravos:

Entre o início e a metade do século XIX, nossa sociedade ainda era caracterizada, de um lado, pela elite dominante: latifundiários, escravocratas e grandes comerciantes... Do outro, pela massa de pobres camponeses e escravos... Quase não havia classe média, a educação das mulheres se restringia a atividades que fossem úteis no ambiente doméstico, desprovidas de valor no mercado de trabalho da época, como costurar, aprender música ou desenvolver habilidades artísticas. (ambas as citações em: *A situação das mulheres no século XIX*, Blog: A Sociedade do Século XIX, 2010)

Rosa Maria Paulina da Fonseca (1802-1873) viveu em um Brasil muito diferente dos tempos atuais. Em uma época em que as palavras *guerra*, *batalha*, *revolução*, *revolta*, *conspiração*, *insurreição*, *levante* e *motim* eram tão comuns que permeavam as conversas entre a maioria dos cidadãos como se fosse um fato corriqueiro e natural.

Dadas as circunstâncias da época, não era mesmo para ser diferente. Dezenas de

conflitos aconteceram durante todo o século XIX. Não só nacionais como também na esfera internacional. Para citar alguns: as *guerras napoleônicas* (1799-1815), a Guerra Anglo-Americana (1812-1814), a Guerra da Cisplatina (1825-1828), a Guerra do México-EUA (1846-1848), a Guerra contra a Confederação Argentina de Juan Rosas (1850-1852), a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a Guerra da Civil Americana (1861-1865), também conhecida como a Guerra da Secessão.

Dentre tantos conflitos internacionais, a Guerra da Tríplice Aliança, ou, como ficou conhecida, a Guerra do Paraguai (1864-1870), foi a mais sangrenta em que o Brasil esteve envolvido, lutando ao lado da Argentina e do Uruguai. No âmbito interno, só no primeiro quartil do século, aconteceram diversos movimentos independentistas, como a Revolução Pernambucana (1817); a Revolução Liberal (1821-1823), na Bahia e Pará; a chamada Guerra da Independência do Brasil (1822-1823), na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e na Cisplatina; e a revolta separatista ocorrida no Nordeste, que ficou conhecida como Confederação do Equador (1823-1824).

O Grito de Independência proferido por D. Pedro I não aplacou os ânimos dos revoltosos do Nordeste e mesmo após a abdicação do imperador em 1831, o país se viu às voltas com revoltas, como a Cabanada (1832-1835), em Pernambuco e Alagoas; a Cabanagem (1835-1840), na Região Norte, atual Pará; a Sabinada (1837-1838), na Bahia; a Balaiada (1838-1841), no Maranhão; e a Revolução Praieira (1848-1849), em Pernambuco. Na Região Sul do Brasil, houve a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul e parte de Santa Cata-

rina, também conhecida como a Guerra dos Farrapos.

Não seria então de estranhar que alguém que tenha vivido nessa época se visse envolto em uma atmosfera que cheirasse a pólvora e fosse predominantemente dominada por militares. D. Rosa da Fonseca foi uma dessas pessoas. Quis o destino que ela acabasse casando-se com um homem de raízes militares, o então major Manoel¹ Mendes da Fonseca Galvão (1785-1859). O mínimo que se pode dizer do período em que viveu, é de que não houve um só momento de calmaria ao longo dos seus 70 anos de vida. Ao seu dicionário pessoal, por certo se juntaram as palavras: militar, quartel, uniforme, pátria, dever e sofrimento.

Sua esposa, D. Rosa da Fonseca pode não ter vivenciado de perto os momentos históricos do Brasil, mas não deixou de tomar conhecimento deles, já que, por conviver no meio de militares, sabia dos movimentos destes e das inquietações nos quartéis. D. Rosa era bem culta e bem informada, conforme o relato de 30 de agosto de 1882, extraído de *O Brasil Histórico*: “Dotada de clara inteligência, voluptuosa memória e invejável reminiscência, referia-se com precisão à história dos acontecimentos políticos do seu tempo” (SENA, 1999: 204).

Os primeiros vinte anos (1802-1822)

Alagoana, nascida em 18 de outubro² de 1802, na localidade do Sítio Oiteiro, no povoado Riacho Velho da antiga capital de Alagoas, atual município de Marechal Deodoro³. Filha de Antônia Maria de Barros e José Carvalho Monteiro⁴, seu nome de batismo é

Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante; mais tarde, após se casar, passou a se chamar Rosa Maria Paulina da Fonseca ou ser tratada como senhora Mendes da Fonseca, ou ainda como passou à história: D. Rosa da Fonseca.

Nascida em uma época em que os impérios prevaleciam, em que nas Américas apenas os Estados Unidos eram uma nação independente, Rosa Maria ainda era, por assim dizer, uma doce criancinha quando, em 1804, o Haiti se tornava o segundo país independente da América, após quase três décadas da declaração da independência americana. E ainda o era quando, em 1807, começaram a surgir os primeiros movimentos de independência nas colônias espanholas sul-americanas.

Em 1808, quando a Corte Portuguesa chegou ao Brasil, fugida das tropas de Napoleão, Rosa Maria ainda tinha seis anos de idade e certamente não deve ter tomado sequer conhecimento do fato, ou, se teve, não poderia ter entendido ou compreendido o que aquilo significava, já que era uma simples criança vivendo no interior de Alagoas, longe da acanhada cidade do Rio de Janeiro, antes da chegada da Família Real ao Brasil.

Nessa época, começaram a circular os primeiros jornais no Brasil. O *Correio Brasileiro*, considerado o primeiro jornal brasileiro, mas que era impresso na Grã-Bretanha e chegava ao Brasil através de navios ingleses, e também a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que foi o primeiro jornal impresso no Brasil. Havia poucas pessoas letradas e capazes de ler os jornais que noticiavam as mudanças políticas com reflexos sociais que estavam acontecendo na ocasião.

Além das guerras já citadas, em 1809 houve a invasão anglo-portuguesa da Guiana

Francesa pelo príncipe regente D. João VI, em ato inconsequente de represália a Napoleão Bonaparte, que invadira Portugal, e, em 1811, o Paraguai e a Venezuela tornaram-se duas nações independentes do império espanhol. Em 1815, aconteceu a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves; no ano seguinte, foi à vez de a Argentina conseguir sua independência da Espanha.

Em março de 1816, a rainha de Portugal, D. Maria I (1734-1816), morreu. Também nesse ano, aconteceu a invasão e anexação da província Cisplatina (atual Uruguai) ao Brasil. Uma forte seca assolou o Nordeste e afetou sensivelmente a agricultura de subsistência da região. A produção de algodão e açúcar caiu, o que tornou as condições de vida piores, pois ambos os produtos eram o sustentáculo da economia pernambucana. Rosa Maria ainda vivia sua adolescência no interior de Alagoas e, como parte do povo nordestino, sofria as consequências da fragilidade de uma região que dependia exclusivamente dos interesses dos latifundiários que exploravam a terra à custa dos caprichos do clima e da mão de obra escrava ou do trabalho servil.

Em 1817, a miséria assolava Pernambuco; tinha início a Revolução Pernambucana. É assinado o Tratado de Viena, no qual os portugueses deixam Caiena, capital da Guiana Francesa, novamente nas mãos dos franceses.

No âmbito familiar, sabe-se que, em 1806, seu futuro marido, Manoel Mendes da Fonseca Galvão (1785-1859) assentou praça⁵ com a idade de 21 anos e que, em 1817, ele já teria a patente de capitão do Exército.

Em 1820, acontece em Portugal a Revolução Constitucionalista, na cidade do Porto,

um movimento que buscava restaurar a dignidade de Portugal como nação soberana, perdida nos acontecimentos ligados a sua invasão pelas tropas napoleônicas em 1807. A sede por independência era grande e, quase sempre, resultava em guerras e conflitos sangrentos.

Em 1821, houve o reconhecimento oficial pelos uruguaiois da anexação da Cisplatina e, no mesmo ano, outro país latino-americano se tornava independente do reino espanhol; dessa vez, o México. Ainda nesse mesmo ano, D. João VI, voltava para Portugal com a certeza de que a independência brasileira seria inevitável.

Quando o Brasil se tornou independente, Rosa Maria ainda não era casada, mas, já com seus vinte anos de idade, deve ter acompanhado atenta a notícia da coroação de D. Pedro I, sem imaginar que, meses antes, seu futuro marido, Mendes da Fonseca, mesmo sendo um admirador do imperador, tinha lançado, em junho de 1822, o *Manifesto da Independência* em Alagoas. Fato que antecipava as características do capitão como um questionador de causas políticas.

Tempos da mocidade e maternidade (1823-1842)

O período que se seguiu à Proclamação da Independência foi uma época de turbulência interna. Entre os anos de 1822 e 1823, aconteceu a chamada Guerra da Independência do Brasil, uma revolta de brasileiros contra militares legalistas portugueses, na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e até na Província Cisplatina, atual Uruguai.

Em 1824, mais um país sul-americano se tornava independente, o Peru. Nesse ano,

em que Beethoven (1770-1827) concluía a sua famosa *Nona Sinfonia*, e, no Brasil, era promulgada a Primeira Constituição Brasileira, Rosa Maria Paulina de Barros Cavalcante casava-se com o então major Manoel Mendes da Fonseca Galvão. O casamento, realizado na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição em Alagoas, parece não ter sido muito bem-visto pela família do noivo, conforme o registro:

É que sua família da parte dos Galvão, de grande projeção social, que não concordou com o casamento, pois dizia que a noiva descendia de escravos, tinha sangue indígena em suas origens e vivia na cidade de Alagoas, sem comportamento conveniente para uma moça, como montar cavalo em pelo, disparar pelas ruas da cidade e nadar nas lagoas. Ademais, os pais de Rosa eram desconhecidos. (ROCHA, 2015)

A partir do casamento, o major passou a assinar seu nome sem o sobrenome Galvão, assim como Rosa Maria, que também suprimiu o “de Barros Cavalcante” e incluiu o “da Fonseca”, passando a assinar o nome como Rosa Maria Paulina da Fonseca.

No ano de 1824, surge a Constituição brasileira incluindo um quarto poder, o Poder Moderador. Ficava estabelecida uma monarquia unitária e hereditária, garantindo o direito à liberdade religiosa; a religião católica era reconhecida como oficial, ficando a Igreja submetida ao Estado. Ainda no campo político, os Estados Unidos eram o primeiro país a reconhecer a independência brasileira.

No âmbito familiar, logo o casamento começou a gerar frutos. Em setembro daquele ano, nasceu o primeiro filho do casal, Hermes Ernesto da Fonseca (1824-1890), e, em

novembro do ano seguinte, Severiano Martins da Fonseca (1825-1889).

Em meio à turbulência da época e aos acontecimentos que passavam a ser noticiados nos primeiros jornais genuinamente brasileiros — tais como *Diário de Pernambuco*, lançado em 1825 —, D. Rosa da Fonseca, atenta ao que ocorria na Corte, tomou conhecimento do nascimento de D. Pedro II, sétimo filho do Imperador, o qual viria a ser herdeiro do trono de D. Pedro I.

Em 1826, morreram o rei D. João VI e a imperatriz D. Leopoldina, e no ano seguinte, 1827, surgiu o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, ano em que o casal teve seu terceiro filho, ao qual deram o nome de Manoel Deodoro da Fonseca (1827-1892).

No ano seguinte, em 1828, estourava mais uma revolta, a Revolta dos Mercenários, como ficou conhecida a rebelião dos batalhões estrangeiros no Rio de Janeiro, e terminava a Guerra da Cisplatina. O Brasil passava por momentos difíceis. Os cofres do Estado estavam vazios a ponto de o Banco do Brasil requerer falência em 1829. A situação torna-se caótica devido às enormes despesas contraídas com empréstimos que foram usados, principalmente, na repressão das guerras e revoltas em que o Império se vira envolvido.

Na escalada do tempo, nasce o quarto filho do casal, Pedro Paulino da Fonseca (1829-1902). Também em 1829, acontece o novo casamento do imperador D. Pedro I, com a princesa alemã Amélia de Leuchtenberg. Em julho de 1830, D. Rosa ingressa na Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Na França, nesse mesmo ano, estourava a Revolução Liberal.

Em 1831, enquanto cuidava dos quatro filhos pequenos, D. Rosa ficava sabendo do acontecimento da *Noite das Garrafadas*, no Rio de Janeiro, como ficou conhecida a insurreição popular e confronto acirrado entre brasileiros e portugueses em março daquele ano, e da abdicação de D. Pedro I ao trono brasileiro. Ainda no mesmo ano, nascia seu quinto filho, Hipólito Mendes da Fonseca (1831-1866).

Nessa ocasião, já se faziam ouvir os protestos dos abolicionistas contra a escravidão. O país, que vivia sob forte pressão britânica para extinguir o tráfico negreiro, acabou promulgando a Lei Feijó, que proibia o tráfico de escravos negros, a qual acabou ficando conhecida como “Lei para inglês ver”, pois foi praticamente ignorada por traficantes escravistas, e mesmo pelo Estado. E nesse ambiente social de um Brasil imperialista e escravocrata é que houve a aclamação de D. Pedro II como imperador. Era nesse contexto que D. Rosa e o marido criavam seus cinco filhos.

Como em uma sequência de contas em um rosário, os filhos e as revoltas continuavam a se suceder. Já em 1832, na Bahia, ocorreu a revolta separatista e republicana que passou à história como Federação dos Guanais. Também no mesmo ano, iniciava-se, em Pernambuco e Alagoas, outra insurreição popular, a Cabanada, seguida por outras, no ano de 1833, como a Revolta do Ano da Fumaça, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, e a Revolta das Carrancas, uma insurreição escrava ocorrida no mesmo estado. Nesse ano nasce o sexto filho do casal, que vai se chamar Eduardo Emiliano da Fonseca (1833-1868).

A continuação dos anos turbulentos parecia não ter fim. No ano seguinte, em 1834,

D. Pedro I morre em Lisboa, e uma revolta entre conservadores, que queriam manter o Império, e republicanos estoura em Mato Grosso. Esse conflito passou à história como *A Rusga*. No ano seguinte, 1835, nasce o sétimo filho do casal, João Severiano da Fonseca (1835-1897). Também nesse mesmo ano, acontece em Salvador, na Bahia, a Revolta dos Malês, negros livres e islâmicos que estavam insatisfeitos com a escravidão e a imposição religiosa. Além da Guerra dos Farrapos, ou revolução dos “esfarrapados”, isto é, das camadas pobres, da peonada gaúcha. Também em 1835, iniciava-se a Cabanagem, no Grão-Pará, a única rebelião brasileira em que as camadas inferiores ocuparam o poder.

O ano de 1837 encontra D. Rosa como mãe de sete meninos. O mais velho deles, Hermes, com 12 anos e o mais novo, João, com apenas um ano de idade. Nesse ano, nasce sua primeira filha, Emília Rosa da Fonseca (1837-1887), e na Bahia tem início a Sabinada, uma luta por autonomia política, que ficou restrita às camadas médias urbanas de Salvador e a algumas tropas militares baianas. No Rio de Janeiro, era fundado o Colégio Pedro II, o qual pretendia ser um modelo para a educação do país, mas no mundo de D. Rosa, na longínqua Alagoas, isso era apenas um sonho para uma mãe preocupada em dar a seus filhos uma boa escola.

No ano seguinte, 1838, começa outra revolta, a Balaiada, dessa vez no Maranhão, um movimento eminentemente popular contra os grandes proprietários agrários da região. Um movimento liderado por um vaqueiro, um fabricante de balaios (daí o nome Balaiada) e por um chefe de um quilombo, que foi logo reprimido pelas forças militares do governo.

Nesse ano de 1838, seu marido, Manoel Mendes, terminava o primeiro mandato de deputado na condição de suplente. Ainda em 1838, outros fatos marcantes aconteceram o falecimento de José Bonifácio, considerado o Patriarca da Independência e tutor de D. Pedro II, e o fim da Sabinada na Bahia.

Em 1839, enquanto o francês Louis Daguerre tornava pública sua invenção da fotografia, mais tempestades fustigavam o lar de D. Rosa em Alagoas. Em março havia nascido sua segunda filha, Amélia Rosa da Fonseca (1839-1901). Ao mesmo tempo em que cuidava da recém-nascida e de outros oito filhos, ainda teve de se preocupar com as posições políticas do seu marido, que na época era major-comandante e acumulava os cargos de juiz de direito interino e chefe de polícia.

Nos anos entre 1838 e 1840, havia uma grande rivalidade entre as cidades de Alagoas, atual Município de Marechal Deodoro, e a cidade de Maceió. Havia um desejo de se transferir a capital para Maceió, que era mais desenvolvida na época. Houve uma acirrada oposição, e Manoel Mendes, junto com outro correligionário, liderou um movimento de revolta popular, que culminou na prisão do presidente da Província, Dr. Agostinho da Silva Neves, que foi deposto e depois expulso de Alagoas.

Em outubro daquele ano, Manoel Mendes acabou tomando partido e liderando a revolta. A causa da contenda foi a decisão de Silva Neves de cumprir a ordem de transferência da Tesouraria-Geral para a Vila de Maceió. Nos meados de novembro, a revolta foi abortada, Silva Neves retornou e reassumiu o governo, exonerou Manoel Mendes do cargo de juiz, e este se refugiou em Sergipe.

Mendes se apresentou às autoridades militares no início de dezembro. Nesse mesmo mês, foi para o Rio de Janeiro, onde ficou preso na Fortaleza de Santa Cruz por dez meses. Respondeu a um conselho de guerra e acabou absolvido e posto em liberdade em maio de 1840. Em julho, iniciou-se o 2º Reinado com D. Pedro II assumindo o trono e o governo imperial, após ter tido antecipada sua maioridade antes de completar 15 anos de idade. Nesse ano encerra-se a Revolta da Cabanagem. Os ânimos parecem acalmar-se no Norte e Nordeste.

Em 1841, termina a revolta da Balaiada no Maranhão. Acontece a sagração e a coroação de D. Pedro II. O filho mais velho do casal, Hermes Ernesto, aos 17 anos de idade, assentou praça no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, matriculando-se depois na Escola Militar da Corte. O segundo filho, Severiano Martins, aos 16 anos, também assentou praça em setembro de 1841. A Família agora já tinha dois filhos militares.

Em 1842, Mendes da Fonseca reformou-se no posto de tenente-coronel e transferiu-se para o Rio de Janeiro com D. Rosa e seus nove filhos; passaram todos a morar junto à Corte. Nesse mesmo ano, estourava a Revolta Liberal, em São Paulo e em Minas Gerais.

A fase da maturidade (1843-1864)

No início de 1843, D. Rosa da Fonseca ainda não tinha completado 41 anos e já tinha nove filhos com idades variando entre os 18 anos de Hermes e os três anos de Amélia, sua segunda filha. Nesse ano, o Imperador D. Pedro II casava-se com D. Teresa Cristina e

assumia no Brasil o poder moderador. O Brasil começava a se firmar tão promissor quanto os impérios europeus. Ainda em 1843, o país teve lançado o seu primeiro selo postal, sendo a segunda nação do mundo a fazê-lo, seguindo a iniciativa pioneira da Inglaterra, em 1840.

Em 1844, mais um motim estoura no Nordeste, “motim do fecha-fecha”, em Pernambuco. Também acontece a Revolta dos Lisos, uma revolta liberal em Alagoas. Nesse conflito, os conservadores eram apelidados de “lisos”, e os liberais, “cabeludos”.

Em setembro de 1845, D. Rosa dá à luz o seu último filho, que é batizado com o mesmo nome do primeiro filho do casal imperial, D. Afonso, nascido em fevereiro daquele ano. Afonso Aurélio da Fonseca (1845-1886) é o único a nascer no Rio de Janeiro. No mesmo ano, seu terceiro filho, Manoel Deodoro, assentava praça no 4º Batalhão de Artilharia a Pé. Portanto, agora, D. Rosa já tinha na família três filhos militares. Nesse ano, após quase uma década, terminava a Revolução Farroupilha.

Em 1847, D. Pedro II, em meio ao luto pela morte de seu filho D. Afonso, dá início ao Parlamentarismo no Brasil. Os motins continuam a acontecer em Pernambuco, dessa vez o “motim do mata, mata marinho”, que se acaba estendendo até o ano seguinte de 1848, quando estourou a Revolução Praieira em Pernambuco, uma insurreição liberal e republicana, que se estendeu por dois anos, na qual seu filho Manoel Deodoro foi chamado a participar como soldado na contenção da revolta.

É bem provável que, no meio de tantos conflitos e agora morando em uma cidade bem maior, D. Rosa tenha ouvido falar

da morte de Anita Garibaldi (1821-1849), a heroína catarinense que lutou na Revolução Farroupilha, na Batalha dos Curitibanos e na Batalha de Gianicolo na Itália, onde acabou morrendo em 1849.

Em 1850, os abolicionistas pressionavam, e a Lei Euzébio de Queiroz foi aprovada, proibindo o tráfico negreiro para os portos brasileiros, já que a Lei Feijó não tinha surtido nenhum efeito prático. Somente nos últimos quatro anos, entre 1846 e 1849, mais de 220 mil escravos tinham sido importados para o Brasil. Também nesse ano, foi promulgada a Lei de Terras, pela qual ficava estabelecido que as terras públicas só pudessem ser adquiridas através de compra, e, ainda, a criação da Província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará. A situação do Brasil independente continuava turbulenta.

A década de 1850 foi pontuada por conflitos. Além das já citadas *guerras contra Oribe e Rosas* e a Guerra da Crimeia, aconteceram a Revolta do “Ronco da Abelha”, na Paraíba, iniciada em 1851, e o Levante dos Maribondos, em 1852, em Pernambuco.

Em 1852, a telegrafia elétrica iniciava-se no Brasil, e uma ligação oficial, considerada como a primeira, entre o quartel-general do Exército e a Quinta da Boa Vista foi instalada. O progresso acontecia em meio a tantos acontecimentos, que se parecia estar vivendo em um mundo de loucos, tamanho era o número de conflitos que, vez por outra, estouravam em alguma parte. Enquanto isso, a sociedade cobrava maior atenção aos diagnosticados como loucos. No final daquele ano, o imperador inaugurava, no Rio de Janeiro, o Hospício D. Pedro II, localizado na praia da saudade, no atual bairro da Urca.

Em 1853, o filho mais velho, Hermes Ernesto, casa-se, o que abria uma expectativa de o casal Fonseca ganhar netos em breve. D. Rosa faleceu sem saber que muitos anos depois, um deles, filho de Hermes, se tornaria presidente do Brasil.

Os anos passavam, os conflitos aconteciam, mas o Brasil também progredia. Em 1854, no Rio de Janeiro, era inaugurada a instalação da iluminação a gás. Foi também inaugurada a primeira ferrovia do Brasil, a Estrada de Ferro Mauá, ligando o Porto de Mauá (na parte posterior da Baía da Guanabara) à localidade de Fragoso, e que depois se estenderia até Inhomirim, na raiz da serra na direção de Petrópolis. A estrada de Mauá teve importância política, mas o império estava mais interessado na ligação entre o Rio e São Paulo. Em 1855, começaram as obras da Estrada de Ferro Dom Pedro II, um trecho de 48km do Rio até Queimados, hoje município da Baixada Fluminense.

No ano seguinte, 1856, mais uma revolta, dessa vez em São Paulo, na Fazenda Ibicaba, a Revolta dos Parceiros. As dificuldades enfrentadas pelos colonos na adaptação ao clima e culturas locais, aliadas à subordinação econômica aos fazendeiros, por não conseguirem saldar suas dívidas baseadas numa contabilidade questionável, criou uma crise que, culminou na insurreição dos imigrantes europeus,

Em 1857, foi instalada uma linha de telégrafo ligando a Praia da Saúde e a cidade de Petrópolis, com extensão de 50 quilômetros. Também em 1857, José de Alencar publicava o romance indianista *O Guarani*. Apesar de haver alguém se dedicando a escrever romances, os conflitos continuavam.

No ano seguinte, em 1858, mais um “motim da carne sem osso”, uma insurreição popular na Bahia. E, no Rio de Janeiro, a Cia. Estrada de Ferro D. Pedro II era inaugurada com a abertura de uma linha que ligava a Corte a Queimados, atravessando a serra do Mar.

Em agosto de 1859, seu marido, Manoel Mendes da Fonseca, faleceu aos 74 anos de idade, deixando os filhos já adultos, exceto o mais novo, Afonso Aurélio, que na ocasião estava com 13 anos de idade. Três filhos eram capitães de Artilharia e, outros três, oficiais subalternos, um médico, uma filha casada e a outra ainda solteira. A ele foi prestada uma homenagem pelo povo alagoano; seu nome foi dado a uma rua, no centro de Maceió.

Em dezembro de 1860, começava a circular no Rio de Janeiro a revista *Semana Illustrada*, um periódico que se celebrou pela ênfase à sátira dos costumes, atingindo todas as classes sociais daquela época. D. Pedro II tolerava a liberdade de expressão e não se opunha a liberdade de imprensa. A revista circulou até abril de 1876.

Em 1861, Vittòrio Emanuele II, soberano de Piemonte-Sardenha, é proclamado rei da Itália, e no mesmo ano teve início a já mencionada Guerra da Secessão americana. No Brasil, finalmente era tempo de calma e, naqueles poucos seis anos, de 1859 a 1864, em que o país não se viu envolvido em um conflito, talvez D. Rosa tenha tido tempo para ler as sátiras na *Semana Illustrada*, ou algum livro, como o romance *Lucíola* de José de Alencar, lançado no ano de 1862.

No âmbito da escravatura, o abolicionismo começava a tomar medidas práticas. Nos Estados Unidos, em 1863, ainda em plena guerra civil, o presidente Abraham Lin-

coln emitia a Proclamação de Emancipação dos escravos, que valia para todo o território rebelde Confederado. Essa medida abriu caminho para a abolição total da escravidão no território americano.

Em outubro de 1864, boa parte da população brasileira acompanhou a notícia do casamento da princesa imperial Isabel de Bragança (1846-1921) com o príncipe francês, Gastão de Orléans, o conde d'Eu (1842-1922) e, em dezembro, o casamento da princesa Leopoldina com o duque de Saxe. Em dezembro deste ano, o líder paraguaio Solano López aprisionava o vapor brasileiro Marquês de Olinda, invadiu Mato Grosso e declarava guerra ao Brasil.

Ainda em 1864, iniciava-se guerra contra Aguirre, um conflito que opunha o Brasil e rebeldes uruguaios contra o Uruguai. O Brasil, com o apoio das tropas coloradas de Venâncio Flores, derrubou Aguirre. Flores assumiu a Presidência do Uruguai e se comprometeu a lutar ao lado do Brasil contra o Paraguai. Nesse mesmo ano, em dezembro, pelos motivos descritos acima, começou a mais sangrenta batalha que o Brasil viria a confrontar, a Guerra do Paraguai, que causaria muito sofrimento para D. Rosa da Fonseca.

Anos de inquietude e sofrimento (1865-1873)

Em abril de 1865 a Guerra Civil americana terminava, e o mundo ficava chocado com a notícia da morte do presidente americano Abraham Lincoln, assassinado uma semana após o término do conflito. Ainda no contexto do final da guerra, acontece a Liber-

tação total dos escravos nos Estados Unidos. A escravidão acabou se tornando ilegal nos Estados Unidos através da aprovação da 13ª Emenda Constitucional em 1865.

No Brasil, em janeiro deste ano, é criado o corpo de Voluntários da Pátria, que visava atrair soldados para lutarem na Guerra do Paraguai. Notícias vindas da frente de batalha também alarmavam a todos. O conflito começava a se acirrar, e D. Rosa tinha razão para se preocupar, afinal, sete de seus oito filhos homens acabariam mais cedo ou mais tarde engajados na contenda.

A edição de 20 de agosto de 1865 da revista *Semana Ilustrada* trouxe um soneto sem registro de autoria, que muitos atribuem como sendo de D. Rosa da Fonseca. É muito provável que seja. Provavelmente dedicado ao filho mais novo, Afonso Aurélio, alferes do 34º Batalhão dos Voluntários da Pátria, considerando a pista deixada por quem o escreveu no nono verso da estrofe, “És o sétimo, o último”. Subentende-se uma clara alusão da mãe ao seu filho que naquele momento também se juntaria aos outros seis irmãos nos campos de batalha:

És o sétimo, o último. Minh'alma,
Vai toda aí, convosco repartida
E eu dou-a de olhos secos, fria e calma...

Em setembro de 1866, o Brasil se via totalmente envolvido na Guerra do Paraguai, que já durava quase dois anos, e precisava de homens para lutar. O imperador D. Pedro II, seguindo o exemplo dos governos das repúblicas do rio da Prata, o Colorado, de Rivera, em 1842 e o Blanco, do Cerrito de Manuel Oribe, em 1846, que libertaram escravos para o propósito de uso como força militar, aprovou a Lei Nº 3.725 de 6 novembro de 1866,

que libertava os escravos que servissem no exército contra o Paraguai.

Houve um grande incentivo governamental para levar o maior número de ex-escravos à guerra. Os cativos também podiam ser dados em substituição àqueles que queriam evadir-se do serviço militar. Muitas famílias usaram deste artifício para livrarem seus filhos de irem para os campos de batalha.

A guerra, que teve início no final de 1864, após a invasão paraguaia de áreas que faziam parte da Província do Mato Grosso, já começava a cobrar seu preço em vidas e em sofrimento de homens e mulheres envolvidos direta ou indiretamente no conflito. As mulheres padeciam de um tormento oculto, velado, nem sempre percebido pelos observadores que cobriam o evento, já que essas eram personagens secundárias no teatro de guerra. Entre essas mulheres, havia uma mãe amargando o terrível sofrimento da perda de dois de seus filhos. O nome dela era Rosa Maria Paulina da Fonseca.

Mães, esposas, prostitutas, viúvas, enfermeiras, soldadas, andarilhas, vivandeiros, prisioneiras, escravas. As mulheres desempenharam os mais diferentes papéis durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Presentes nos quatro exércitos envolvidos na batalha — brasileiro, argentino, paraguaio e uruguaio —, elas se tornaram indispensáveis ao garantir a realização de vários serviços necessários para o funcionamento de um exército em campanha: socorriam feridos, cuidavam das crianças, da alimentação, das roupas e comercializavam os produtos vendidos às tropas. Muitas outras sofreram com a violência em suas regiões e dentro de seus lares. Tiveram que lidar com graves provações físicas e psicológicas, mostrando resistência e inventividade. (DOURADO, 2015)

Na ocasião, matriarca de uma família de militares, D. Rosa da Fonseca tinha com o que se preocupar. Quisera o destino que sete deles acabassem por servir nas forças brasileiras envolvidas no conflito. Com os filhos servindo nas fileiras das frentes de batalha, é de se supor que a apreensão materna pela perda de um filho já fosse tormento mais do que suficiente para uma mãe nessas circunstâncias. Quando percebeu que o inevitável aconteceria, ela mesma, constricta em sua condição de mãe, os incentivou ao cumprimento do dever: “Vão, meus filhos. Vão morrer, se for necessário. A Pátria exige de vocês esse sacrifício. A Pátria é uma segunda mãe”⁶.

Dos oito filhos homens, apenas um não foi engrossar as fileiras na guerra, Pedro Paulino, seu quarto filho, que já era tenente reformado na época. Os outros sete eram: Hermes Ernesto, Severiano Martins, Manoel Deodoro, Hipólito Mendes, Eduardo Emiliano, João Severiano e Afonso Aurélio.

O Tratado da Tríplice Aliança, entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil, foi assinado em 1/5/1865, já com o conflito iniciado no final de 1864. Na data do Tratado, os filhos de D. Rosa da Fonseca tinham as seguintes idades: Hermes, o mais velho ainda não havia completado 41 anos, Severiano já estava com 40, Deodoro com 37, Pedro com 35, Hipólito com 33, Eduardo com 31, João com 29 e o mais novo, Afonso, com apenas 20 anos de idade.

As razões para tanta dor vieram após a sangrenta Batalha de Curuzu, ocorrida entre os dias 1º e 3 de setembro de 1866. Nela tomou em combate seu filho mais jovem, Afonso Aurélio, aos 20 anos de idade, Alferes do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria, atingido quando galgava as muralhas daquela fortifi-

cação. Poucos dias depois, em 22 de setembro de 1866, durante a sangrenta Batalha de Curupaity, outro de seus filhos, o capitão de Infantaria Hipólito Mendes, com 35 anos de idade, também perdia a vida heroicamente.

Mas o que era uma constante preocupação acabou por se tornar realidade quando, dois anos depois, em 6 de dezembro de 1868, na célebre Batalha de Itororó, considerada por muitos historiadores como as “Termópilas paraguaias”⁷, a primeira das batalhas da “Dezembrada”⁸, outro de seus filhos sucumbe ante o fogo inimigo, o major de Infantaria Eduardo Emiliano, na ocasião com 35 anos.

Nessa mesma batalha, dois outros filhos, Hermes Ernesto, com 44 anos e Manoel Deodoro, com 41 anos, foram gravemente feridos.

A história está repleta de registros de relatos de mães que perderam um ou mais filhos nos campos de batalhas. Até aquele momento, D. Rosa da Fonseca havia perdido três deles e imaginava o risco de ver outros de seus amados incluídos nos registros de morte no campo de batalha.

D. Rosa amargava sua dor de forma resignada como fosse seu dever fazê-lo em nome da Pátria. Durante as comemorações pela vitória em Itororó, ao ser informada da morte de Eduardo e da situação de Hermes e Manuel, teria dito: “Sei o que houve. Talvez até Deodoro esteja morto, mas hoje é dia de gala pela vitória; amanhã, chorarei a morte deles” (citado no *site* do Exército Brasileiro em: www.eb.mil.br/patronos/).

No início de 1868, Caxias assume o comando das tropas aliadas no Paraguai e, enquanto isso aqui no Brasil, se iniciou a Revolta dos Muckers, como ficou conhecida a insurreição popular messiânica no Rio Grande do

Sul. Em 1870, após a morte de Solano López, a Guerra do Paraguai terminaria a um custo estimado da vida de 50.000 brasileiros.

Longe de um cenário tão cruel, o maestro Carlos Gomes apresentava no teatro Alla Scala de Milão, na Itália, a sua ópera *O Guarani*, baseada no romance de José de Alencar. Nesse ano aconteceu a unificação italiana, com a integração dos diversos estados e reinos da península itálica. A Itália agora estava consolidada com a conquista definitiva de Roma.

O ditador paraguaio Solano López foi morto em Cerro Corá. A morte do líder paraguaio encerrou o conflito e, a partir daí, com o fim da guerra, o eixo econômico do país começa a se deslocar do Nordeste para o Sudeste. O café torna-se o principal produto agrícola de exportação do país, superando o açúcar, o tabaco, o algodão e o cacau.

Em dezembro, surge o Manifesto Republicano na primeira edição do jornal carioca *A Republica*, que pregava a extinção do Senado vitalício, do Conselho de Estado e do Poder Moderador, a separação entre Igreja e Estado, eleições diretas e instalação de um regime republicano federativo que asseguraria a autonomia das Províncias. O documento assinado por homens como Aristides Lobo, Saldanha Marinho, Rangel Pestana e Quintino Bocaiúva propunha que a República fosse a forma de governo compatível com a política dominante no continente americano.

No ano seguinte, mais precisamente em setembro de 1871, a princesa Isabel, sancionou a Lei do Ventre Livre, de autoria do primeiro-ministro visconde do Rio Branco. Essa Lei em nada favoreceu o negro. Na verdade, ela não passou de uma cínica mano-

bra parlamentar para diminuir o ímpeto da campanha abolicionista e retardar a abolição definitiva. A lei declarava de condição livre os filhos de mulher escrava que nascessem a partir da data de promulgação daquela lei entre outras providências.

Em 1872, foi realizado o primeiro recenseamento no Brasil, e D. Rosa da Fonseca, já bem idosa, com seus 70 anos de idade, com toda a certeza tomou parte dele. Ela morreria no dia 11 de julho do ano seguinte e não deve ter tido conhecimento da convenção partidária acontecida na cidade de Itu, oito dias antes, em São Paulo, na qual foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP), um dos embriões da causa republicana.

A partir desse momento, o movimento republicano começou a ganhar força, apoiado no poder econômico dos cafeicultores e na ação de estudantes e professores da Faculdade de Direito de São Paulo. No entanto, o novo partido não se comprometia abertamente com a luta contra a escravidão. D. Rosa da Fonseca, não poderia nunca imaginar que, 16 anos mais tarde, um dos seus filhos seria a figura principal desse movimento que culminaria na Proclamação da República no Brasil.

Na manhã de 11 de julho de 1873, no sobrado onde residia, na Rua da Ajuda, no Centro do Rio de Janeiro, D. Rosa da Fonseca faleceu em decorrência de uma pneumonia, deixando inconsoláveis seus cinco filhos, as duas filhas, amigos e demais parentes. Foi sepultada no cemitério de São Francisco Xavier. Em 20 de agosto de 1979, em cerimonial fúnebre, com a presença de militares e cerca de 40 descendentes do fun-

dador da República, marechal Deodoro da Fonseca; os restos mortais de D. Rosa foram transladados para o túmulo monumental de Deodoro, também no cemitério de São Francisco Xavier.

Uma dor maior que a do parto

Se perguntarmos a qualquer mãe que já perdera um filho, quaisquer que tenham sido as circunstâncias em que isso ocorreu, se a dor mais doída é a do parto ou a da morte de um filho, ela responderá que a primeira é dor infinitamente menor, porquanto é dor física, biológica, natural e passageira, enquanto a dor sentida pela perda de um fruto de seu ventre é dor perene, metafísica que transcende a experiência sensível. É dor psicológica que não passa nunca e que jamais se esquece. É um incômodo que fustiga a alma e nela permanece até que outra morte venha. A morte da própria mãe.

Por ser uma dor difícil de ser mensurada, exceto por aquelas pessoas que tiveram a infelicidade de senti-la, é difícil de expressá-la de forma visível e contundente. O drama das mães que perderem seus filhos nos campos de batalha é antigo. Pesquisas históricas mostram outros casos de mães que também tiveram filhos mortos em guerras e revoltas. Esse fato, embora triste e dramático, não é incomum em tempos de conflitos, como foi o caso de D. Maria de Souza, que também teve três de seus filhos mortos lutando por uma causa que ela julgava patriótica, durante a guerra contra os holandeses na Província de Alagoas em 1633.

Os registros dos exércitos estão cheios de histórias desse luto. Durante a 2ª Gran-

de Guerra, houve uma mãe americana, Mrs. Alleta Sullivan, que perdeu de uma só vez, cinco de seus filhos⁹. Todos serviam embarcados em um cruzador, USS JUNEAU, que foi torpedeado por um submarino japonês no teatro de operações em Guadalcanal, nas ilhas Salomão, em 13 de novembro de 1942.

Há o caso também que envolve uma viúva americana, contemporânea de D. Rosa da Fonseca, chamada Mrs. Lydia Bixby (1801-1878), que perdeu cinco filhos para a guerra civil. O caso ficou famoso pelo envolvimento de presidente americano Abraham Lincoln (1809-1865), o qual lhe escreveu uma carta de condolências que continha um parágrafo que resume bem a relação da dor da perda de filhos e a causa tão nobre de lutar pela Pátria:

I pray that our Heavenly Father may assuage the anguish of your bereavement, and leave you only the cherished memory of the loved and lost, and the solemn pride that must be yours to have laid so costly a sacrifice upon the altar of freedom.

Podemos traduzi-lo de forma livre como:

Rezo para que nosso Pai Celestial possa amenizar a angústia de seu luto e deixar-lhe apenas a memória caridosa da perda de seus amados filhos e o orgulho solene que deve sentir por tê-los deixado com tamanho sacrifício sobre o altar da liberdade.

No caso de D. Rosa da Fonseca, existem diversos relatos de historiadores procurando enfatizar a dor que sentia aquela mãe enlutada.

Conta-se também que, ao receber o Oficial que lhe apresentaria os pêsames em nome do Imperador, respondeu que: “a vitória que a

Pátria alcançava, e que todos tinham ido defender, valia muito mais que a vida de seus filhos”. (citado no *site* do Exército Brasileiro)

Ou ainda o fragmento de texto do artigo *A família mais patriótica do Brasil é alagoana*, por Fabio Lins Lessa, que nos relata:

Conta-se que, enquanto se comemorava a vitória de Itororó com grandes manifestações públicas no Rio de Janeiro, Rosa recebia o boletim com a notícia da morte dos filhos. Nem por isso deixou de homenagear as tropas, estampando a bandeira nacional em uma das janelas de sua casa. E quando pessoas amigas chegaram para lhe dar os pêsames, teria afirmado: Sei o que houve, talvez até Deodoro mesmo esteja morto. Mas hoje é dia de gala pela vitória; amanhã chorarei a morte deles. E de fato chorou por três dias, fechada em seu quarto. (LESSA, 2014)¹⁰

É Rocha (2015) quem complementa as citações relacionadas à D. Rosa da Fonseca, quando fala sobre o patriarca da família, o senhor Manoel Mendes da Fonseca:

Quando se tentou falar de paz com o ditador do Paraguai, a abnegada e patriota Dona Rosa dizia aos amigos: Prefiro não ver mais meus filhos; que fiquem todos sepultados no Paraguai, com morte gloriosa no campo de batalha, do que enlameados por uma paz vergonhosa para a nossa Pátria.¹¹

No mesmo artigo, Rocha também nos traz o registro que confirma o que já foi dito acima por Lessa sobre o patriotismo de D. Rosa da Fonseca, quando, sob o luto pela morte de seus filhos, recebe em sua residência o oficial que lhe trazia os pêsames em nome do imperador Pedro II.

Ao chegar à casa de D. Rosa da Fonseca um oficial, em nome do Imperador, para apresentar pêsames à nobre senhora, ficou admirado, pois a senhora o recebeu calma e impassível e com a casa embandeirada e iluminada. A nobre senhora respondeu ao oficial que “a vitória que a pátria alcançara valia muito mais que a vida de seus filhos”. O oficial curvou-se e, comovido, beijou a mão daquela excelsa senhora, que lhe parecia à encarnação da própria Pátria.

Há registro de que D. Rosa da Fonseca era uma pessoa bastante religiosa. Como já mencionado, ela era dedicada à Ordem de Nossa Senhora do Monte Carmelo, e talvez essa sua devoção tenha lhe permitido conviver com os momentos de angústia e dor confortada por sua inabalável fé na mãe de Cristo, quando chorava a morte de seu filho Jesus.

Considerações Finais

Após percorrermos a trajetória da vida de D. Rosa da Fonseca, podemos destacar três grandes temas: o primeiro deles, a época conflituosa em que ela viveu, o segundo, sua dedicação à família e, por fim, o seu espírito cívico e patriótico.

Quanto ao primeiro, há que se ressaltar que durante os anos de 1802 e 1873, aconteceram pelo menos nove guerras e duas invasões militares internacionais, três revoluções nacionais, quatorze revoltas internas, três insurreições populares, três motins e dois levantes, apenas para citar os conflitos aqui mencionados. Somem-se a isso alguns fatos marcantes, como o

envolvimento do próprio marido em uma revolta, o engajamento dos filhos em uma guerra sangrenta, a fase de transição do Primeiro para o Segundo Império e o movimento abolicionista clamando pelo fim da escravatura. Toda uma ambiência de conflitos de interesses, clamores sociais, que, na maioria das vezes, se tornavam beligerantes, tornando os militares participantes ativos dos acontecimentos.

O segundo ponto tem a ver com o primeiro. Leva-nos a imaginar que, em um ambiente em que tantos conflitos aconteciam, uma mãe pudesse criar oito de seus filhos com carinho e amor, sabendo que, a qualquer momento, os desígnios da vida pudessem levá-los ao necessário cumprimento do dever pátrio e ainda assim fazê-los homens dignos, íntegros e honrados. Afinal, ela era casada com um militar, mãe de filhos que, por tradição e costume, seguiram a carreira do pai e haviam de zelar pelo brio, a retidão e seriedade no exercício de suas obrigações.

O terceiro ponto se liga aos dois anteriores pela razão primária de que D. Rosa da Fonseca, sabedora de pertencer a uma família com tradição militar e consciente do momento político-social em que vivia, vivenciando o dia a dia dos acontecimentos, via-se na necessidade de inculcar valores de civismo e patriotismo aos seus filhos. Compreendia que, como militares, seus filhos teriam de ter como essência a pureza do caráter e a sóbria honestidade, se quisessem ser respeitados como tais.

Hoje, ao lançarmos um olhar para sua trajetória de vida, achamos mais do que justa a homenagem de tê-la como Patrona da

Família Militar, pela dignidade e desprendimento de suas atitudes, reconhecendo-a como uma mulher modesta, que conseguiu criar seus filhos com decência, inculcando neles a marca do decoro, a correção e a lealdade à pátria que serviam. Um título legítimo e procedente, amparado pelas firmes atitudes de D. Rosa, que, na condição de mãe de militares, vulneráveis que estavam às circunstâncias cruéis de uma guerra, em nenhum momento se furtou a incentivá-los ao cumprimento do dever.

Um comportamento que nos leva a comparar o amor materno ao amor pátrio, a olhar a figura da mãe como simbolismo da mãe pátria, aquela que fez sublimar a dor de luto da morte de seus filhos e enaltecer o merecimento dos mesmos pelos sacrifícios que fizeram pelo Brasil.

Merece enaltecer que, da árvore Mendes da Fonseca, além das duas filhas, nasceram homens honrados, que, na condição de soldados, galgaram altos postos e se destacaram em suas carreiras militares. O legado materno pode ser traduzido pelos frutos que tornam a Família Militar orgulhosa e honrada: o marechal do Exército Hermes Ernesto, o marechal de campo Severiano Martins, o marechal do Exército, generalíssimo de Terra e Mar Manoel Deodoro, proclamador da República e primeiro presidente republicano do Brasil, o tenente reformado do Exército e coronel honorário do Exército Pedro Paulino, o capitão de Infantaria do Exército Hipólito Mendes, o major de Infantaria Eduardo Emiliano, o doutor em medicina, médico militar e literato João Severiano, patrono do Serviço de Saúde do Exército Brasileiro

e o alferes do 34º Batalhão de Voluntários da Pátria Afonso Aurélio.

Além desses, um de seus netos, o marechal do Exército Hermes Rodrigues,

que foi o 8º presidente do Brasil, e outros oficiais militares também souberam honrar a carreira e a tradição militar de seus antepassados. **REB**

Referências

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão Entre a Guerra e a Abolição: O Impacto das Fugas e os Pedidos de Extradicação de Escravos nas Fronteiras Platinas (Décadas de 1840)**. 2013. Tese de Doutorado em História Social da Cultura pelo CECULT/UNICAMP, Campinas.

Semana Ilustrada. História de uma inovação editorial. Rio de Janeiro: Cadernos da Comunicação. Série Memória nº 18 - Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. PORTARIA Nº 650, de 10 de junho de 2016 do Comandante do Exército. Aprova a Diretriz para a entronização de D. Rosa da Fonseca como Patrona da Família Militar e implantação do Dia da Família Militar.

BRASIL. PORTARIA Nº 255-EME, de 4 de julho de 2016 do Chefe do Estado-Maior do Exército. Aprova a Diretriz para a implantação do Projeto Raízes, Valores e Tradições do Exército.

BRITO, Alina de. **Mulheres Brasileiras: homenagem à Escola Rosa da Fonseca**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.

CARVALHO, José Murilo. **D. Pedro II**, perfis brasileiros. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 2007.

COSTA, Craveiro. **Santa Luzia do Norte, onde os holandeses foram derrotados**. Publicado em 15/10/2015 em Memória Urbana. Disponível em: <www.historiadealagoas.com.br/>. Acesso em 13/10/2016.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Sofrimento Invisível**. Disponível em <tokdehistoria.com.br/tag/maria-teresa-garritano-dourado>. Acesso em 28/09/2016.

EISENBERG, Peter Louis. **Guerra civil americana**. 5ª edição. Série: Tudo é história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ENGEL, Magali Gouveia. **Um palácio para guardar doidos**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: editado pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 1, Nº 2, agosto de 2005.

FAMÍLIA DE HEROES – Uma heroína digna de uma estátua – Um typo de virtudes não comuns. Rio de Janeiro: Jornal O PAIZ, Fac-símile da pág. 5, Edição de terça-feira, 25/10/1910, arquivo edição 09516 da Biblioteca Nacional.

FERRER, Francisca Carla Santos. **Entre a Liberdade e a Escravidão na Fronteira Meridional do Brasil: Estratégias e Resistência dos Escravos na Cidade de Jaguarão entre 1865 e 1888**. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2011.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 36ª edição, 1994.

JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos, a Consolidação da Nação**. Série: repensando a história. São Paulo: Contexto, 2001.

LESSA, Fabio Lins. Artigo: **A família mais patriótica do Brasil é Alagoana**. Disponível em <culturae viagem.wordpress.com/2014/10/25/a-familia-mais-patriotica-do-brasil-e-alagoana/>. Acesso em 10/10/2016.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora TOPBOOKS, 4ª edição, 2006.

LIMA, Vivi de Fernandes de. **Ferrovias: do charme ao pesadelo**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: editado pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 5, Nº 53, fevereiro de 2010.

LICOLN, Abraham. **Letter to Mrs Bixby**. Abraham Lincoln Online. Speeches and writings. Disponível em <www.abrahamlincolnonline.org/lincoln/speeches/bixby>. Acesso em 09/10/2016.

LUSTOSA, Isabel. D. Pedro I - Um Herói sem nenhum caráter, série: perfis brasileiros. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 2006.

NARLOCH, Leandro. **Dossiê Guerra do Paraguai**. Revista Grandes Guerras. São Paulo: Editora Abril, Edição 10, março de 2010.

NUNES, Antonieta d'Aguiar. **Hermes Ernesto da Fonseca: Irmão do Proclamador da República, Governador da Bahia e sua Política Educacional**. Campinas: FAGED/UFBA - Revista HISTEDBR On-line, n.28, p.287-301, dez. 2007.

PAMPLONA, Marco A. **Direitos suados e lembrados**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: editado pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 6, Nº 66, março de 2011.

ROCHA, José Maria Tenório. **Manoel Mendes da Fonseca**. *Memórias Legislativas*. 15 de março de 1998. Disponível em <www.historiadealagoas.com.br/manoel-mendes-da-fonseca.html> Acesso em: 18/10/2016.

SILVA, Alberto Martins da. Rosa da Fonseca e seus filhos. Distrito Federal: Editora Athalaia, 2013.

SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Moderna, 1ª edição, 1997.

SOUZA, Maria Regina Santos. **Licença para matar**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: editado pela Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, Ano 6, Nº 66, março de 2011.

SENA Ernesto. **Deodoro** – Subsídios para a História. Brasília, Coleção Biblioteca Básica Brasileira, 1999.

THOMÉ, Clarissa. Artigo: publicado no Jornal O Estado de São Paulo em 24/4/2016.

VAS, Braz Batista. **Guerra do Paraguai**: a saída de Caxias, a indicação do Conde d’Eu e suas repercussões (1868-1870). São Paulo: publicado em Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho de 2011.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ O autor optou pela grafia do nome Manoel com a letra “o”. Alguns autores costumam usar a grafia portuguesa de Manuel com “u”, ao invés da grafia brasileira mais comum, de Manoel com “o”. Isso vale também para o nome do terceiro filho de D. Rosa da Fonseca, Manoel Deodoro. Existem registros convincentes de que tanto o bisavô como seu avô se chamavam Manoel.

² Alguns autores e pesquisadores atribuem o mês de setembro como o mês de seu nascimento.

³ Não há dúvidas de que D. Rosa da Fonseca era alagoana. No *site* da prefeitura de Marechal Deodoro-AL, consta o seu local de nascimento (ver: www.marechaldeodoro.al.gov.br). Nesse mesmo *site*, consta que Manoel Mendes, seu marido, também era alagoano de Anadia e não pernambucano, como muitos autores sugerem.

⁴ Este seria o verdadeiro nome do Pai de D. Rosa da Fonseca e não José de Carvalho Pedrosa, segundo o relato de Davi Rodrigues de Sena, tetraneto de José de Carvalho Pedrosa. Ver Referências em: <www.wikialagoas.al.org.br/index.php/Rosa_da_Fonseca>.

⁵ Termo aplicado no linguajar das casernas que significa “alistar-se no Exército”, oriundo de assentar-se na “praça de armas”, um termo que caiu em desuso com o passar do tempo.

⁶ Jornal O PAIZ, p. 05, de 23 de outubro de 1910.

⁷ Uma alusão à épica batalha ocorrida na Grécia antiga no ano de 480 A.C., na qual o Império Persa atacou os Gregos (Espartanos) no desfiladeiro das Termópilas.

⁸ Nome pelo qual ficou conhecido o conjunto de batalhas (Iitororó, Avaí, Lomas, Valentinas e Angostura) vencidas por Caxias ocorridas em dezembro de 1868.

⁹ Albert Leo, Francis Henry, George Thomas, Joseph Eugene e Madison Abel eram irmãos. Oriundos de Waterloo, no Estado de Iowa – EUA, estavam servindo no mesmo navio na época. No momento do afundamento, o JUNEAU estava com quase 700 homens a bordo, dos quais somente 115 sobreviveram; desses, 10 morreram em consequência dos ferimentos.

¹⁰ Página eletrônica do sítio: culturaeviagem.wordpress.com/2014/10/25/a-familia-mais-patriotica-do-brasil-e-alagoana

¹¹ Página eletrônica do sítio <www.historiadealagoas.com.br/manoel-mendes-da-fonseca.html>.